

# EDUCAÇÃO SALESIANA NO BRASIL SUDESTE DE 1880 A 1922: DIMENSÕES E ATUAÇÃO EM DIVERSOS CONTEXTOS

Pe. Manoel Isau<sup>1</sup>

## Sumário

O autor apresenta uma avaliação da educação salesiana em várias escolas da região sudeste do Brasil. Operava-se no país uma transformação profunda na sociedade brasileiro, envolvendo aspectos políticos, sociais, econômicos, ideológicos e religiosos.

Inicialmente, os Salesianos trabalhavam com escolas profissionais e agrícolas, atendendo preferentemente aos jovens de origens mais humildes.

A partir de 1915, o ensino secundário acadêmico assumiu a predominância, pois já existia nas três escolas do Estado de São Paulo e em Niterói, Estado do Rio de Janeiro. No ano anterior, iniciou-se o grande Aspirantado de Lavrinhas, casa de formação que veio fornecer grande parte do pessoal salesiano às escolas acadêmicas, ou, secundárias. A campanha nacionalista acelerou a tendência, com a introdução da instrução militar nas escolas secundárias. É de notar que o crescimento dos ginásios secundários era um fenômeno mundial na época.

**Palavras chaves:** *história da educação, ensino profissional, ensino secundário, educação religiosa, instituições educativas*

## Introdução

Concentra-se este *trabalho no estudo e avaliação* da ação educativa realizada pelos Salesianos na região sul e sudeste do Brasil. Esta região abrange os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O desenvolvimento desta região não foi homogênea. E isto se reflete no trabalho salesiano que inicialmente se concentrou nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

Os Salesianos iniciaram suas atividades educativas num momento histórico em que se operavam transformações políticas, sociais e econômicas profundas. Preferiram às escolas profissionais e agrícolas. Esta preferência não era exclusiva, porque, em algumas casas, o ensino profissional não conseguiu ser aceito.<sup>2</sup> Durante o governo do 2º Inspetor, Pe. Carlos Peretto (1895-1908), este atendimento especial dirigia-se aos jovens de origens mais humildes. A grande dificuldade a enfrentar era o preconceito contra o trabalho manual que lembrava a escravidão e movia a população a procurar para seus filhos as escolas secundárias, porquanto essas abriam caminho para os cursos superiores. O curso profissional mais aceito, ou seja, o curso comercial conseguiu prosperar por se assemelhar aos ginásios secundários (ISAÚ, 1993).

É interessante, que o projeto salesiano, por exemplo, dentro do Estado de São Paulo, teve desenvolvimento diferenciado nas três regiões em que se instalaram os Salesianos, ou seja, na Capital Paulista, no Vale do Paraíba e na Região da chamada Paulista, ou seja, na Região de Campinas e Interior de São Paulo. O Vale do Paraíba se caracterizava pela criação de gado e pelo cultivo do café. A região da Paulista, em formação, no último quartel do século XIX, atraía os imigrantes europeus, porque as plantações de café para ela

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Mestrado em Educação Sócio-Comunitária do Centro Universitário Salesiano de S. Paulo.

<sup>2</sup> Liceu Salesiano de Nossa Senhora Auxiliadora de Campinas e Colégio São Joaquim de Lorena..

se estendiam. Já Minas Gerais predominava a agricultura e a criação de gado, enquanto Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro, atraía alunos da capital do Império (depois da República), do interior do rio de Janeiro, onde ainda predominava o cultivo do café.

Depois de 1915, verifica-se a predominância do ensino secundário acadêmico assumiu nas três escolas do Estado de São Paulo (Capital, Campinas e Lorena) e em Niterói, Estado do Rio de Janeiro. Mas ainda continuam fortes as escolas profissionais na Capital Paulista e em Niterói. *No ano anterior, iniciara-se o grande Aspirantado de Lavrinhas, casa de formação que veio fornecer do pessoal salesiano para a rede de escolas acadêmicas, ou, secundárias.*

No período 1915 a 1922, dá-se uma acentuação dos cursos secundários, impulsionada também devido à campanha nacionalista desenvolvida em todo o país. Na época, verificava-se no mundo o crescimento extraordinário dos ginásios secundários.<sup>3</sup>

## **1. Metodologia.**

Em se tratando de um assunto por demais estudado no Brasil, procuramos acessar a bibliografia existente publicada e já significativa e abundante e examinar a que dizia respeito às atividades educacionais dos Salesianos na época.

Apresentaremos a situação do País, imediatamente anterior, durante e posterior à chegada dos salesianos; a visão da nova realidade que iriam enfrentar, seu projeto educativo e finalmente sua ação nas casas mais importantes que constituíam o núcleo principal e sustentáculo de sua atividade.

Recorremos à minha dissertação de mestrado em que tratei do ensino profissional, ministrado em quatro instituições mais representativas e o livro sobre o Liceu Coração de Jesus, considerado no Brasil como um clássico de história institucional no setor da educação. Consultei a História do Colégio São Joaquim (1890-1940), do ex-aluno Geraldo Evangelista. Recorri ao trabalho monumental do Prof. Luis de Oliveira, Centenário da presença salesiana no Norte e Nordeste do Brasil, além de Riolando Azzi, sem dispensar os numerosos trabalhos realizados pelo Pe. Antonio Ferreira da Silva. É conveniente lembrar que esta fase da história salesiana brasileira tem sido estudada exaustivamente, restando praticamente poucas novidades a apresentar. Todos esses autores tiveram acesso às fontes primárias, inclusive do ASC, o que garante a sua qualidade e segurança científica. Além disso, consultei o testemunho oral do salesiano Antonio Lages Magalhães, atualmente com 96 anos, literato de conhecimento notório, reconhecido pelas autoridades educacionais brasileiras e autor também de um livro de história que confirmou os dados aqui escritos nesta pesquisa (MAGALHÃES, 1999).

## **2.Aspectos gerais**

### **2.1. Panorama político e econômico**

Operava-se uma profunda, embora lenta, transformação na vida da nação, já presente na década de setenta do século passado, acelerando-se nos anos oitenta devido à

---

<sup>3</sup> É de notar que as escolas profissionais continuaram e algumas até cresceram como as do Liceu Coração de Jesus (São Paulo) e as do Colégio Salesiano Santa Rosa (Niterói), mas esta fase escapa aos objetivos deste trabalho.

ação de vários fatores, como: propaganda republicana, extinção legal da escravidão, chegada de milhares de imigrantes do hemisfério norte, início da industrialização e da urbanização, questão religiosa (BARBOSA, 1945, p 279-282; LUSTOSA, 1975, p. 629; CALMON, p. 259-268) e entrada no país de novas Congregações religiosas. A mudança de regime político não afetou os Salesianos do Brasil (ISAÚ, 1985, p. 69-70, 81, 86-90).

A fase republicana, nos seus primeiros quarenta anos, caracterizou-se, em seus aspectos gerais, pela instabilidade política, social, econômica e educacional: coronelismo (NAGLE, 1974, p. 4-8), a transição da estrutura escravocrata para o trabalho livre, assalariado, a passagem da grande propriedade para a média e pequena propriedade, o predomínio da cultura do café (LIMA, p. 176, 235-247) a grande imigração européia, especialmente nos estados sulinos, sobressaindo o Estado de São Paulo, modificando a estrutura rural (ISAÚ, 38-39). Eram realçadas as idéias liberais com o individualismo, a liberdade, a idéia de propriedade, o Estado “Laisser-Faire”, o êxito e o progresso (Idem, p. 39; CARVALHO, *passim*).

O setor urbano sofreu transformações, graças ao incremento imigratório após o movimento abolicionista que favoreceu o encaminhamento de imigrantes para as cidades (DIEGUES JUNIOR, 1964, p. 233) São Paulo centralizou a elaboração comercial, provocando o desvio de capitais, antes utilizados na aquisição de escravos, para a concentração urbana e, de outro lado, para lançar as bases de sua industrialização e da urbanização. A cidade passou de 47.697 habitantes, em 1886, para 239.820, em 1900, 375.439, em 1910, 587.072, em 1920, 887.810, crescendo mais de vinte vezes.

Os fazendeiros de café, tornando-se empresários, foram forçados a estar mais perto do centro de comercialização, isto é, da Capital da Província de São Paulo, onde passaram a gastar nela parte de suas rendas. Assim, o setor de serviços, o artesanato, o comércio varejista podiam desenvolver-se (SINGER, 1974, p. 37)

Os artesãos, operários e muitos dos empresários eram estrangeiros. As famílias brasileiras, proprietárias de terras, normalmente dedicavam-se à agricultura. Os poucos membros que não o faziam dirigiam firmas a ela associadas. Alguns preferiam as carreiras liberais (DEAN, p. 12; CARONE, 1974, p. 191-210; LASAGNA, 1997, p. 150-155). Apareceram os cortiços e os mocambos. A jornada de trabalho dependia da vontade do patrão. Aos aprendizes eram aplicados até castigos corporais.

## **2. 2 Panorama educacional.**

No regime monárquico, dedicavam-se cuidados quase exclusivos ao ensino superior, permanecendo o ensino primário em situação semelhante à da era colonial (PEIXOTO, 1941, p. 213). As escolas primárias chegavam a 2% da clientela escolar (4%, em 1902) e o analfabetismo atingia a 85,21% da população, percentagem esta que baixou para 74,59 %, em 1902. Os Salesianos, inicialmente, atendiam a esta faixa escolar.

A liberdade de iniciativa particular foi consagrada no campo do ensino primário pela lei de 20 de outubro de 1823, que sancionou também o decreto das Cortes Portuguesas de 21 de junho de 1821, permitia "a qualquer o ter Escola aberta de primeiras letras sem dependência de exame ou de alguma licença". O § 24 do Art. 174 da Constituição Outorgada de 1824 declarava livre qualquer gênero de trabalho, indústria ou comércio que não se opusesse "aos costumes públicos, à segurança e saúde dos cidadãos". A leis sucessivas abriam caminho para o desenvolvimento do ensino particular, especialmente Leôncio de Carvalho, pelo decreto 7247, de 19 de abril de 1879, concedia ampla liberdade de abrir escolas e cursos de todos os tipos e níveis, “salva a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene” (HAIDAR, 1972, p. 189).

As escolas particulares aprimoravam o ensino secundário e faziam propaganda do êxito alcançado por ocasião dos exames de preparatórios ao ensino superior. Expandiram-se, quantitativamente, acusando esmagadora superioridade sobre o ensino público do mesmo nível, beneficiando, significativamente, ainda, os meninos pobres que eram atendidos gratuitamente.

O grande número de escolas particulares e a grande fama de várias delas favorecia a crença de libertar o ensino de livre iniciativa de todos os vínculos legais. A liberdade de abrir escolas, sem prévia autorização do governo, e a liberdade de ensino facilitavam seguidores das diferentes confissões religiosas e os interesses da colonização. Ao Brasil haviam ocorrido muitos imigrantes americanos de diversas seitas cristãs, cujos pais queriam educar os filhos de acordo com a própria confissão religiosa (Idem, 189, *passim*). A partir dos anos setenta do século XIX, já apareciam iniciativas de escolas profissionais em diversos Estados (Províncias) do País, como em Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo (MOACYR, v. 1, p. 659, v. 2, 291, 302). Assim, os Salesianos já encontraram a formação de uma nova mentalidade no setor.

A Constituição de 1891, ao manter a liberdade de que gozavam as Províncias de criar instituições de ensino secundário, deteve a política centralizadora que o Império desenvolvia (NUNES, 1962, p. 94). O ensino profissionalizante, não integrando a instrução estatal, exceto o curso normal, estava quase todo relegado às instituições de iniciativa particular. As profissões manuais e mecânicas, por serem exercidas por humildes artesãos e escravos, não gozavam de prestígio algum. A frequência aos cursos comerciais era insignificante. Os próprios imigrantes, apesar de prendados de mentalidade e experiência técnica e com isso concorrerem para o desenvolvimento industrial do Brasil, viam-se em dificuldades, devido ao afastamento da classe média, pelo fato de eles, imigrantes, exercerem profissões manuais, acometidas, então, aos escravos, e, posteriormente, desprezados por serem estrangeiros (FONSECA, 1962, v. 2, p. 313; v. 1, p. 127-141, 162-169; HAIDAR, 174).

O Estado de São Paulo, por exemplo, investia pouco no ensino secundário. Até 1920, havia apenas quatro escolas ginasiais oficiais em todo o Estado (EGAS, 1927, p. 509). Na segunda década do século XX, desencadearam-se movimentos nacionalistas, fomentados pela Primeira Grande Guerra, com ação no campo educacional, divulgando-se livros didáticos de acentuado fervor patriótico. A Liga Nacional de São Paulo combatia o analfabetismo, que dificultava a manifestação da vontade política. A Liga da Defesa confundiu-se com a questão do Serviço Militar Nacional e ala nacionalista de São Paulo com o nacionalismo político, sendo um dos pontos de seu programa, o catolicismo (NAGLE, p. 44-45).

### **2.3. Panorama religioso**

A legislação do regime se caracterizava por uma simbiose de elementos heterogêneos e até contrastantes, que se prestavam a interpretações laicistas e nacionalistas, denotando posições fortemente ligadas a uma sociedade sacralizada e universalista não mais existente.

O regalismo monárquico, herança do Marquês de Pombal, realçou o superdomínio do Estado sobre a Igreja (regime do padroado), seus pastores, sua organização, sua doutrina e sua vida religiosa. A Igreja sentia-se oprimida, uma vez que ao Estado se atribuía o direito de policiar e de intervir sobre o culto, sobre a doutrina e sobre a disciplina da Igreja (BARBOSA, p. 276-279; TAPAJÓS, p. 339) Com este regime, o catolicismo brasileiro,

segundo AZZI, adquiriu uma conotação de grande participação popular, passando a religião a constituir o patrimônio cultural do próprio povo (AZZI, 1982, p. 15). O resultado foi o espírito mundano, o desprestígio do clero (RUPPERT, 1969, p. 103-12; DE ROSA, 115-132), o fermento anti-clerical, a aproximação da Igreja com a Maçonaria, pois ambas procuravam melhorar a sociedade (FERREIRA, 1983)..

Caiu a freqüência sacramental, motivada pelo espírito jansenista. O número diminuto de padres privou muitos cristãos da instrução catequética e da assistência espiritual. Jesus Cristo não era aceito como Deus, mas como um simples homem, uma grande personalidade histórica (MACHADO, 1953, p. 113-120). Nesse ambiente, eram formadas as classes dominantes, intelectuais e políticas, tornando-se cada vez menos cristãs e cada vez mais deístas (Idem). O materialismo e o ateísmo atingiam a mocidade do alto das cadeiras dos nossos liceus e academias. Propagou-se, por toda a parte, o princípio de que a ciência é a antítese da fé (COSTA, 1888, p. 206). A vida monástica sofreu pesadas perdas, só compensadas com a chegada de novas ordens e congregações religiosas já no final da Monarquia (BARBOSA, p. 293; TRINDADE, 1928, p. 109-131).

Logo no começo do processo de secularização, surgiu a primeira Pastoral Coletiva do Episcopado brasileiro, que, entre outras medidas, orientava os católicos a bem “aplicar a liberdade da Igreja em si” e a liberdade concedida pelo Regime Republicano. A Igreja passou de aí em diante da marginalização para a ação positiva, incentivando os católicos à participação coletiva a fim de garantir, na Câmara e no Senado, votos favoráveis às suas reivindicações sociais fundamentais, especialmente no setor familiar (problema do casamento civil) e educacional (problema do ensino leigo) (ANUÁRIO, 1989) .<sup>4</sup>

A *Pastoral Coletiva* de 1907 já determinava que “nas grandes cidades e principalmente nas que possuem universidades, liceus e ginásios, se fundassem escolas de religião, destinadas a instruir sobre as verdades da fé e os preceitos da vida cristã a mocidade que frequenta as aulas públicas, das quais foi banido o ensino religioso” (PASTORAL, 1901).

Já a *Pastoral Coletiva* de 1909, *envolvendo três arcebispados e dois bispados, ampliou a legislação para três capítulos, propondo medidas específicas para as escolas e colégios em geral (cap. V, art. 1153 a 1164), para as escolas católicas (cap. VI, art. 1165 a 1195) e escolas secundárias (cap. VII, art. 1196 a 1204)*. Apareceu, nessa legislação, um projeto mais concreto de ensino religiosos nas escolas (PASTORAL, 1909) O projeto mais completo de escola católica é o apresentado pela Pastoral Coletiva de 1915, que, além do ensino do catecismo legisla sobre a preparação dos professores, inclusive nas escolas normais, métodos modernos e o conteúdo do ensino religioso (PASTORAL, 1915). Em reforço à nova orientação da Igreja, a partir da Proclamação da República, muitas Congregações religiosas instalaram-se no Brasil, assumindo a direção de paróquias e fundando escolas, muitas delas subvencionadas até por órgãos governamentais, mesmo estando proibidas pelas leis estatais tais práticas..

Apesar de todo esse esforço, a estrutura religiosa (moral), como também a político-social, demonstrava fragilidade e insegurança. A ignorância campeava. O povo professava

---

<sup>4</sup> A Igreja, apesar de títubeante de início, soube aproveitar da liberdade em boa hora advinda. Quatro anos depois, foram criadas uma arquidiocese (Rio de Janeiro) e mais três dioceses. Em 1900, já havia 17 dioceses e 1.589 paróquias.. Em 1889, havia 1474, havendo um aumento real de 115 paróquias! As datas entre parênteses referem-se ao ano de 1889. Esses dados foram levantados do ANUÁRIO CERIS, de 1989. O aumento do número de paróquias e conseqüentemente o de párocos aumentou a concorrência com o poder do sistema patriarcal.

uma religião de superfície, de exterioridades, mesclando superstições, fazendo mais questão de venerar uma imagem do que adorar o Santíssimo Sacramento. O clero era mais escasso no Sul e as populações rurais espiritualmente abandonadas. Nas paróquias não se ministrava uma catequese metódica, didática, que, aliás, inexistia para os adultos. Em muitas dioceses, destacavam-se algumas associações como os Vicentinos e as Filhas de Maria e, em âmbito nacional, o Apostolado da Oração. Moral feminina, ótima e masculina, ruim, exceto no meio rural. O clero sofria a carência de estímulo intelectual, pela inexistência de associações e conferências teológicas.

Em resumo, escrevia, o povo era “acentuadamente católico”, mas de religião fortemente sentimental, limitando-se a rezar orações, a batizar os filhos, ao casamento religioso, aos atos do culto externo, a novenas, ao mês de Maria, etc. Não se confessava nem comungava a não ser à hora da morte. Até os magnatas da maçonaria se diziam católicos, freqüentavam as igrejas e eram amigos dos padres. O estado financeiro da maioria da população refletia-se no estado material das dioceses, sobressaindo, em condições mais favoráveis, as Dioceses do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Olinda e de algumas mais, com recursos apenas suficientes (SANTO ROSÁRIO, 1962, p. 61-62).

Era essa a situação religiosa, quando Dom Sebastião Leme (1865-1941), lançou, em 1916, a Carta Pastoral sobre a ignorância religiosa e seus remédios e conclamou a mobilização dos católicos em torno da pregação, a leitura, a instrução religiosa no lar e na escola (LEME, p. 1-17), Para isso foi fundado o *Centro Dom Vital* e a revista *A Ordem* e centralizando sua atenção na preservação da autoridade (NAGLE, p. 57-64).

Desde 1891, vinham-se realizando congressos de bispos. Em 1901, houve o primeiro do clero e de leigos e, em 1905, um segundo do qual resultou o lançamento de um jornal católico.<sup>5</sup> sendo fundada uma Confederação Católica leiga (LOVE, 1982, p. 30). Já em 1907, formou um Grupo de Operários (cujo primeiro presidente foi Porfírio Prado, ex-aluno do Liceu Coração de Jesus). Convocou, para 1915, um congresso arquidiocesano da Confederação Católica, sendo esse estabelecimento uma das sedes. O arcebispo D. Duarte Leopoldo e Silva criou a Legião de São Pedro, para homens, e a Liga das Senhoras Católicas, para as mulheres (ainda hoje existente).

### 3. Uma leitura da situação brasileira, feita na época, pelos salesianos

Significativos foram dois relatórios escritos em 1882, pelo Pe. Luís Lasagna e pelo seminarista Teodoro Massano, na longa viagem exploratória do Rio a Belém da Pará (COLÉGIO SALESIANO SANTA ROSA, 1908, p. 16-24).<sup>6</sup> em que os dois protagonistas salesianos narraram tudo o que viram e ouviram, coincidindo com a descrição do painel histórico inicial narrado acima que provocou a intervenção do principal dirigente salesiano da América Latina (FERREIRA, 1983, p. 29-31). O levantamento forneceu muitas informações que seriam úteis no estabelecimento dos Salesianos no Brasil (FERREIRA,

<sup>5</sup> Os Salesianos de São Paulo já mantinham uma revista, *Santa Cruz*, desde 1900 e os do Rio de Janeiro o *Almanaque das Famílias Católicas Brasileiras*.

<sup>6</sup> Carta de LASAGNA a DOM BOSCO, de 24 de novembro de 1882, *Projeções Epistolares; Preciosas recordações dos 25 anos*, p. 16-24. Juan Edmund BELZA, *Lasagna el obispo misionero; introducción a la historia del Uruguay, del Brasil e del Paraguay*, p. 247-248. Luís Lasagna (1850-1895), tornou-se salesiano em 1868, chefiou a segunda expedição missionária, em 1876, com destino ao Uruguai, onde foi o primeiro diretor do Colégio Pio de Villa Colón. Depois foi Inspetor da Província Salesiana do Uruguai e do Brasil, desenvolvendo intensa atividade missionária, educativa e social. Nomeado Bispo em 1883, veio a falecer em 6 de novembro de 1895, em desastre ferroviária perto de Juiz de Fora, quando viajava para fundar a casa salesiana de Cachoeira do Campo.

1983, p. 313-318). Percebeu-se que os nomes de “ciência”, “observatório”, “meninos pobres”, “órfãos, colônias agrícolas” eram *slogans* atraentes para abrir o caminho para os salesianos. Não havia, geralmente, ódio à religião e, se fosse conhecida, seria conservada em seus corações dóceis. A situação, apesar da religiosidade dos brasileiros, número espantoso de meninos abandonados devido ao interesse do comércio, do lucro e dos prazeres materiais, era bastante precária e superficial (Idem, p. 310-323), e ocasião se mostrava favorável para os Salesianos (FERREIRA, 319-328).

Pe. Lasagna estava maravilhado em ver todos os Bispos disputarem-no, em oferecendo seminários, pensionatos (“hospízi”), colégios, dispostos a qualquer sacrifício, contanto que fossem colaboradores em suas dioceses. Províncias imensas, Dioceses enormes sem clero, sem operários evangélicos e portanto sem piedade e sem moralidade! O paganismo invadindo todas as classes sociais, indistintamente demasiado ignorantes em matéria de religião. O Governo desconfiadíssimo e, por tradição, cesarista, tirano da Igreja. As ordens religiosas condenadas ao ostracismo. Os bispos desorientados e sem saber o que fazer, vendo brilhar uma Congregação jovem, a transbordar de zelo e vitalidade, aceita pelos próprios inimigos da religião por seu espírito democrático, popular e humanitário, sem precedentes odiosos, virgem ainda aos ultrages e prevaricações. Devia-se começar pela obra dos Oratórios de Artes e Ofícios que encontrava simpatias em toda a parte, também colônias agrícolas e escolas modestas e pobres para não despertar inveja e perseguição. Seria preciso que se escolhesse um Diretor bem instruído, muito ativo e de grande piedade (LASAGNA, EPISTOLÁRIO, p. 75-77) .

Em falando do Rio de Janeiro, elogiava a localização do lugar chamado Santa Rosa. e deixava, antes de voltar a Montevideu, uma comissão de senhores, autorizados a colher esmolas para implantar, ali, o novo *Colégio Santa Rosa de Artes e Ofícios* (Idem, p. 86-87) que passou a ser preferido entre os pedidos chegados de Pernambuco, de Cuiabá e de S. Paulo. Mas o Rio de Janeiro passara a ser prioritário entre os seus projetos (Idem, p. 101-102), pela proximidade ao centro político e decisório máximo, ou seja a Capital do País.

Dom Lasagna percebeu que os Salesianos tinham imenso trabalho a fazer, especialmente, na educação da juventude mais necessitada. De fato, toda a ênfase até os primeiros anos da segunda década do século XX foi dedicada ao ensino profissional. A instalação deste ramo de ensino, entretanto, devia sofrer pressão contrária contínua, devido ao preconceito generalizado na população brasileira, contra o trabalho manual. De fato, o regime escravocrata fez grande mal ao Brasil e prejudicou, pelo menos nos primeiros cinquenta anos, o desenvolvimento do ensino profissional privilegiando o ensino secundário.

#### **4. O Projeto salesiano de educação profissional: Metodologia educacional salesiana**

Por metodologia educacional, neste trabalho entendemos o sistema pedagógico de Dom Bosco e os processos de ensino utilizados pelas primeiras gerações de Salesianas que chegaram ao Brasil, formados em escolas européias, especialmente os italianos, nessa fase inicial. Educados segundo o sistema preventivo de Dom Bosco, fizeram-no dele projeto de vida e de ação apostólica e educativa no seu trabalho com os jovens.

O sistema preconizado e praticado consistia em fazer amplamente conhecer o regulamento e as praxes do estabelecimento e depois vigiar para que os alunos estivessem constante e ininterruptamente sob a vigilante olhar do Diretor ou dos Assistentes que, como

pais amorosos, falassem, servissem de guia em todos os casos, aconselhassem e amigavelmente corrigissem, visando colocar os alunos na impossibilidade de cometer infrações. Baseava-se todo ele na tríade inseparável da Razão, da Religião e do *Amorevolezza*. Por isso excluía todo o castigo violento e procurava o evitar até os próprios castigos leves. Salvaguardando os princípios de autoridade e de disciplina, indispensáveis para a boa ordem do estabelecimento, procurava tornar a vida colegial a mais branda e amena possível, transformando-a num prolongamento da família. Visava-se educar por meios suaves, pela persuasão, pelo apelo aos bons sentimentos do aluno. Pedia o apoio e coadjuvação dos pais ou tutores (MOURÃO, 1921).

Os prospectos escolares das escolas salesianas apresentavam os currículos e súmulas dos programas de ensino, inclusive das atividades extra-classe, julgadas indispensáveis para o aprimoramento da formação do aluno, como galhardia do corpo, firmeza de vontade, constância de caráter, hábitos de ordem, disciplina, respeito à autoridade, formação sadia de hábitos de prática religiosa.

Nas escolas primárias e secundárias, seguiam os métodos e programas de ensino usados no país. No ensino elementar ou primário, o método utilizado era o intuitivo, o vigente nas escolas brasileiras.

Nas Escolas Profissionais, o material e a metodologia, como os conteúdos programáticos, vinham da Itália. Havia muito material francês, especialmente quando o arquiteto salesiano Domenico Delpiano, que foi secretário de Dom Bosco, assumiu a coordenação do ensino profissional das Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus.

Nos prospectos escolares das escolas salesianas brasileiras, que eram uma síntese do projeto educativo praticado. Em geral, eram, em sua maioria, internatos e procuravam dotar os edifícios de todos os recursos exigidos pelos “mais modernos e rigorosos sistemas higiênicos e pedagógicos”, da época. É interessante registrar aqui alguns dados, por exemplo, desde a enfermaria, com visita médica diária, farmacêutico residente no estabelecimento, gabinete dentário completo com profissional habilitado, vastos salões para dormitórios e aulas, fartamente servidos de ar e luz, pátios espaçosos com grandes áreas para toda a sorte de jogos ao ar livre, teatros onde quase todas as semanas os alunos assistiam algum espetáculo teatral ou filmes, de modo a tornar o “ambiente colegial sadio, profícuo, alegre e aprazível de modo a formar meninos sadios, robustos e prendados de corpo e de espírito” (LEÔNCIO, 171-176).

Os currículos incluíam abertamente o ensino da religião, apesar das reservas das autoridades governamentais de ensino, que confessavam a ideologia positivista e laica. Entretanto, essas sempre respeitaram as escolas salesianas, a não ser algumas pequenas rugas inoportunas de certos fiscais escolares radicais.<sup>7</sup>

De fato, a Constituição da República de 1891, prescrevia que o ensino deveria ser leigo nas escolas públicas. Por isso, nenhum estabelecimento de instrução secundária, mantido por particulares com intento de lucro ou de propaganda filosófica ou religiosa, poderia ser equiparado ao Colégio Pedro II, pouco depois chamado “Ginásio Nacional”. Mas tal princípio foi logo rompido, quando “deram o prestígio de institutos oficiais a

---

<sup>7</sup> A Nova República Brasileira nasceu sob o signo da ideologia positivista e do laicismo. Os republicanos separaram a Igreja do Estado e eliminaram o ensino religioso das escolas. Foi proibido qualquer subsídio ou subvenção as escolas que incluíssem o ensino religioso. Muitos deles, porém, eram amigos das autoridades eclesiais e não radicalizaram a aplicação das leis. Os imigrantes que chegavam ao Brasil eram majoritariamente católicos e o Estado Brasileiro evitou o choque ideológico com eles.

colégios destinados à propaganda religiosa. Não foi ainda o maior mal; porque os sacerdotes, presos pela disciplina e pela moral cristã, ensinavam bem à mocidade brasileira” (MOACYR, 1942, 4<sup>o</sup> v., p. 98, 88, 166). Os colégios salesianos estavam incluídos entre “os que ensinavam bem” e por isso eram freqüentemente subvencionados pelos governantes, o que contrariava o espírito da Constituição então vigente..

Por isso mesmo, o curso comercial do Liceu de Artes e Ofícios do Coração de Jesus e do Liceu de N. S. Auxiliadora de Campinas foram equiparados segundo a Lei de 1905, que reconheceu a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, tornando-se a escola padrão desse ramo de ensino.

#### 4.1. **Pedagogia pedagógica de Dom Bosco**

Toda a vida e pedagogia de Dom Bosco é dominada pela trilogia da oração, do trabalho e da alegria. Concebeu a experiência arrojada para seu tempo de realizar a convivência harmônica de duas classes sociais, estudantes e aprendizes. Procurou ele transfundir, em seus alunos, a alegria e a paixão pelo trabalho, como testemunhavam o otimismo, a docilidade, a confiança e o entusiasmo dos alunos por ele educados (SURACI, p.n 49-50).

Constitui uma síntese da pedagogia do trabalho nas escolas salesianas o capítulo V do Regulamento do Oratório de São Francisco de Sales, elaborado por Dom Bosco nos idos de 1852 a 1854, que posteriormente se transformou no “Regulamento das Casas da Sociedade de São Francisco de Sales, que aqui transcrevo:

1. O homem, meus jovens, nasceu para trabalhar. Adão foi colocado no Paraíso terrestre para cultivá-lo. O Apóstolo São Paulo diz: “É indigno de comer quem não quer trabalhar.
2. Por trabalho se entende o cumprimento dos deveres do próprio estado, quer seja o estudo, quer seja uma arte ou trabalho.
3. Pelo trabalho podeis vos tornar beneméritos da sociedade, da Religião, e fazer bem à vossa alma, especialmente se oferecerdes a Deus as vossas ocupações quotidianas.
4. Entre vossas ocupações daí sempre preferência às que forem ordenadas por vossos Superiores, ou prescritas pela obediência, decididos a nunca abandonar nenhuma vossa obrigação, para empreender coisas não mandadas.
5. Se adquirirdes alguns conhecimentos, daí glória a Deus, que é o autor de todo o bem, e não vos orgulheis, porque o orgulho é um verme que rói e faz perder o merecimento de todas as vossas boas obras.
6. Lembrai-vos de que a vossa idade é a primavera da vida. Quem de moço não se habitua ao trabalho, quase sempre será um madraço (“poltrone”), até a velhice, desonrando a pátria e a família, talvez, causando um mal irreparável à sua alma.
7. Quem é obrigado a trabalhar e não trabalha, furta a Deus e a seus Superiores. Os ociosos, no fim da vida, sentirão grandíssimo remorso pelo tempo que perderam.

E no artigo 9<sup>o</sup> do capítulo VII do mesmo Regulamento, em que se trata das oficinas, lê-se: Reflita cada um que o homem nasceu para trabalhar, e que somente quem trabalha com amor e com assiduidade tem paz no coração e acha leve a fadiga.

Até nas próprias representações teatrais Dom Bosco procurava transmitir o espírito de laboriosidade temperado de espiritualidade e alegria com que formava a personalidade de seus jovens, como atestam os melodramas, “Giovanni il fabbro-ferraio” (1876) e “L’Officina, Amore e Riconoscenza (1888), que foram muitas vezes representados nas casas salesianas do Brasil, especialmente o primeiro.

## 4.2. O IV Capítulo Geral de 1884 e a “Carta Magna das Escolas Profissionais Salesianas

No IV Capítulo Geral dos Salesianos e 1884, convocado e dirigido por Dom Bosco, foram estudadas, entre outros assuntos, as melhorias a serem introduzidas na formação dos aprendizes. Desses estudos, resultou um conjunto de normas que foram quase um “parva charta” ou seja “magna charta” das Escolas Profissionais Salesianas para todos os lugares e tempos (CERIA, 1941, p. 649-653). Apesar de ulteriores modificações, nela estavam os elementos fundamentais.

O capítulo começou determinando claramente a finalidade por que os Salesianos cuidam dos aprendizes:

O fim a que se propõe a Sociedade Salesiana em acolher e educar os jovens aprendizes é formá-los de modo que saindo de nossas casas após a realização do tirocínio, tenham aprendido um ofício que lhes possibilite ganhar honestamente o pão da vida, sendo bem instruídos na religião, e tenham os conhecimentos científicos oportunos a seu estado.

Do texto deduz-se que é tríplice a orientação proposta à educação dos aprendizes, ou seja, religioso-moral, intelectual e profissional. Entre as prescrições concernentes à orientação religioso-moral, destacava-se o seguinte: “Tenha-se todo o cuidado para que se sintam amados e estimados pelos Superiores, e isto se obtém com aquele espírito de caridade que é recomendado pelo santo Evangelho” (SURACI, 1953, p. 7-8). Esta advertência visava acautelar os Superiores contra o perigo de favorecer mais aos estudantes que aos aprendizes, o que certamente seria fonte de indisposições e reclamações.

O Capítulo estabelecia diretrizes específicas para garantir o conteúdo literário, artístico e científico necessária e útil ao exercício da profissão: programa único, bibliografia adequada, classificação racional dos alunos, regularidade do ensino elementar, aulas complementares aos alunos mais necessitados, aulas de boas maneiras, exames finais e certificado de curso freqüentado. O prêmio era considerado um valor estimulante. A flexibilidade do programa didático visava à possibilidade de sua adaptação às leis vigentes para efeito de obtenção de reconhecimento governamental das escolas profissionais salesianas. Determinava ainda a realização anual de uma exposição dos trabalhos realizados pelos alunos, e uma geral em cada três anos (CERIA, p. 654-655).

Evidenciava-se a preocupação dos Capitulares com a adequação do ensino às inclinações e habilidades naturais dos alunos e diligente preparação dos mestres de oficina. A graduação dos trabalhos, a duração quinquenal e as exposições eram consideradas recursos eficientes para o progresso da aprendizagem. Julgou conveniente estabelecer um controle, que através da nota semanal de trabalho, distinto da nota de comportamento, fizesse o jovem aprendiz tomar consciência do que já tivesse conseguido e do que ainda lhe faltava para tornar-se um trabalhador ágil e que, portanto, lhe fosse estimulada a diligencia. Como estímulo ao bom comportamento e à aplicação na oficina, foi mantido, por muitos anos, o costume de dar ao aprendiz uma “gorjeta semanal”. O comportamento, a aplicação e o tempo utilizado na confecção de um trabalho eram computados em décimos. O jovem que alcançasse nove décimos perdia metade da gorjeta. Exortava-se ainda ao aprendiz a manter um depósito na Caixa de Poupança para ser retirado ao término do curso.

Recomendava o Capítulo que as casas de formação dos futuros mestres de oficina fossem equipadas de todo o material didático e que lhes fossem fornecidos os melhores mestres de artes salesianos (SURACI, p. 46-47).

Para que essas deliberações pudessem ser efetivadas, foram organizadas assembleias formadas pelos Diretores dos vários colégios, por mestres de oficinas e comissões especializadas. O resultado dessas comissões chegou a termo quando o Conselheiro Profissional da Congregação Salesiana, Pe. José Bertetto, lançou as bases curriculares das Escolas Profissionais Salesianas.

O currículo escolar estava dividido em dois períodos: o primeiro de dois anos e o segundo de três. No primeiro, como complemento do curso primário, ensinavam-se Religião, Língua Nacional, Geografia, Geografia, Civilidade, Higiene e Música. No segundo: Religião, Desenho, Música, História Natural, Física, Química e Mecânica, História, Francês, Inglês, Italiano, Contabilidade e Sociologia.

Quanto ao ensino da Religião, argumentava-se que os operários necessitavam “mais do que nunca de uma boa provisão de argumentos para bem se defenderem das acusações que geralmente os maus assacam contra a Igreja e contra a Religião” (BOLETIM SALESIANO, 1904, p. 299-300). O Desenho, Música, Escultura e Pintura visavam a formação estética. A Sociologia tinha por fim fazer conhecer o homem, seus deveres e direitos, a natureza da sociedade, as relações sociais etc. As disciplinas Física, Química, História Natural, Mecânica e Eletricidade forneciam os elementos básicos exigidos pelos tempos modernos nos meios industrializados e na própria vida prática. A Contabilidade era considerada “importante no domínio comercial”. As línguas forneciam as noções indispensáveis para o uso diário.

Além dessas disciplinas, e dos processos gerais que as orientavam, fizeram-se ainda os programas e conteúdos completos de cada ofício para os cinco anos de aprendizagem, segundo a prática então vigente.

Objetava-se, com razão, que os cursos eram demasiados longos para o tipo de clientela que os freqüentava, quase sempre com necessidades especiais e sem estrutura psicológica e emocional capacitada para suportar essa duração. O fenômeno da evasão e o pequeno número dos que conseguiam completar o curso geravam perplexidade nos mestres de oficina e nos dirigentes salesianos.

No Brasil, a implantação dos cursos profissionais não foi nada fácil, devido ao fator escravidão que desvalorizou o trabalho manual, ao torná-lo próprio de escravos. Criou-se uma mentalidade que considerava o ensino secundário próprio para os filhos da classe dirigente e das classes médias da população e o ensino profissional o mais adequado aos pobres, os despojados da fortuna.

Inicialmente, o regime republicano não apresentou novidades especiais no desenvolvimento deste ensino, em seus primeiros dez anos, preocupado ainda em solidificar-se no país.

A Escola-padrão deste tipo de ensino era o Ginásio Nacional (ou Ginásio Pedro II) e visava “proporcionar à mocidade brasileira a instrução secundária e fundamental e suficiente assim para a matrícula nos cursos superiores da República, como em geral para o bom desempenho dos deveres do cidadão na vida social” (MOACYR, 1941, 2<sup>o</sup> v., p. 47). Era o ensino mais procurado por dar acesso ao ensino superior e para ascensão social. A pressão social sobre o Governo Republicano fez com que este estendesse os privilégios do ensino secundário concentrados no Ginásio Pedro II ao ensino de iniciativa particular, o que ocorreu o Código Eptácio Pessoa.

Esta pressão cresceu no início do século XX, forçando os diretores a mudar a orientação fundamental dos principais colégios salesianos, porquanto a criação de ginásios secundários se espalhou rapidamente em todos os Estados, tornando-se quase uma

obsessão. Os cursos profissionalizantes passaram para segundo plano e o ensino secundário foi priorizado no projeto educacional, especialmente a partir de 1909, enfocando a classe média, a fim de se contrapor ao ensino laicizante.<sup>8</sup> O ensino profissionalizante reabilitou-se posteriormente, em contudo alcançar grande sucesso.

Não há negar que a experiência salesiana na educação profissional influenciou no projeto governamental de Nilo Peçanha quando ele, em 1910, criou em todos os Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, uma vez que ele conhecia muito bem o projeto do Colégio Salesiano Santa Rosa, por ele visitado várias vezes e elogiado. O ensino profissional governamental chegou para atuar num campo especificamente ocupado pelos Salesianos desde sua chegada em 1883 (OLIVEIRA, 1960, p. 94-95).

Desde os inícios, nas casas salesianas havia alunos, os chamados “latinistas”, fazendo este curso. Normalmente eram alunos seminaristas. A primeira escola salesiana a adquirir as regalias do ensino secundário foram as Escolas Dom Bosco de Cachoeira do Campo, o que gerou um conflito interno entre os salesianos porque consideravam haver a escola rompido seu compromisso com o ensino profissional, no caso, agrícola. O curso durou pouco, porque o Conselho da Casa conseguiu pedir a anulação da equiparação do Ginásio Nacional em 1904, retornando a instituição aos objetivos iniciais.

Seguidamente, conseguiram a equiparação o Liceu São Gonçalo (Cuiabá), Colégio Salesiano Santa Rosa (1903-1904), Colégio S. Joaquim (Lorena – 1906), Colégio N. S. Auxiliadora (Bagé – 1907), Colégio Salesiano Sagrado Coração (Recife- 1907). Uma escola que não tivesse ginásio equiparado ao Ginásio Nacional, na época, dificilmente conseguiriam manter-se. O Liceu Coração de Jesus conseguiu manter-se de pé graças ao curso comercial que era muito forte e havia incorporado disciplinas do ensino secundário que preparavam seus alunos para os cursos superiores.

Acresce ainda mais um fator para acelerar a importância do ensino secundário. Em 1908, a instrução militar passou a ser obrigatória nos colégios secundários. Mas foi necessária uma campanha nacional, liderada pelo poeta Olavo Bilac para tornar a farda militar em símbolo de amor pátrio. Bilac tinha consciência da força dos grupos estrangeiros no Brasil e, em São Paulo, onde mantinham escolas, jornais e associações próprias e procuravam preservar os costumes e as tradições da pátria de origem.

A Liga de Defesa Nacional, criada em 1916, época em que incendiava Europa a I Grande Guerra, e, posteriormente, a Liga Nacionalista do Brasil, pregava a obrigatoriedade da língua nacional, da história e da geografia pátrias, da educação física, do escotismo, das linhas de tiro e do preparo militar. As escolas, inclusive, dos Salesianos foram militarizadas. Não havia alternativa diferente, a não ser obedecer, para não incorrer nos ódios governamentais. Claro que a militarização das escolas salesianas no Brasil causou estranheza aos Superiores Gerais (ROTA, 1917). Os Salesianos, entretanto, souberam administrar a situação e amenizar, com o sistema preventivo, a disciplina militar. Contavam os Salesianos com o apoio de uns membros do Episcopado Brasileiro, como Dom João Batista Nery, bispo de Campinas, e Dom Sebastião Leme, arcebispo auxiliar do Rio de Janeiro,

O predomínio de alunos estudantes de Curso Secundário era bem saliente e, com a equiparação do Curso Secundário, alcançava quase 300%. Os diretores do Colégio atribuíam o seu desenvolvimento à caridade pública, às subvenções do Estado e do

---

<sup>8</sup> O artigo 7º da lei N° 1817, de 30 de dezembro de 1907, letra **a, IV**, prescrevia “ser leigo e gratuito o ensino”

Município. O Curso Secundário, porém, sofreu um revés em 1910, com a Lei Rivadávia Correa, positivista convicto, que suspendeu a equiparação dos estabelecimentos particulares de ensino, sob pretexto da dificuldade de sua fiscalização pelas autoridades federais, reabilitando-se em 1916 com a instituição da Bancas Oficiais Examinadoras na própria escola.

Depois de 1924, o ardor militarizante foi aos poucos arrefecendo. O ensino militar, porém, foi até depois da Segunda Guerra Mundial.

### 4.3. Colégio Salesiano de Santa Rosa (Niterói - RJ)

O Padre (futuro Mons.) Lasagna ouviu de Dom Pedro Lacerda, bispo de Rio de Janeiro, nos inícios das negociações, o seguinte: “Eu estava planejando construir nesta cidade um colégio de artesãos, mas o governo não quer frades... (BELZA, 1970, p. 220). Pe. Lasagna, contando com o apoio de Dom Lacerda, conseguiu entrevistar-se com o Imperador Pedro II que “...informando-se minuciosamente sobre a origem dos salesianos, sobre o objetivo de sua missão na Igreja, o método de ensino e educação da juventude, sobre os meios para manter sua obras de beneficência e os resultados obtidos e outras coisas mais” (CERIA, 1934, p. 622).

A imprensa católica preparou a opinião pública. O próprio bispo do Rio de Janeiro dirigiu uma carta pastoral aos diocesanos apoiando a criação de “uma grande obra (...) onde se ensinasse alguns ofícios e artes que garantissem o futuro dos rapazes menos favorecidos da fortuna e também proporcionassem a muitos dos que não se contentassem com a condição de artistas e operários, também cultivarem as letras (COLÉGIO SALESIANO SANTA ROSA, p. 185-187)

O primeiro inspetor salesiano no Brasil, Pe. Carlos Peretto (1895-1908), incentivou as escolas profissionais, chegando a criar um espírito nos salesianos e marcar uma tendência que dominou a educação salesiana pelo menos até 1922.

Ele mesmo, falando aos alunos das Escolas Dom Bosco de Cachoeira do Campo, em 1904, dizia: “Amái a bandeira do imortal D. Bosco, amái o trabalho e a oração”. Fundamentando a doutrina do trabalho no livro do Gênesis e na Rerum Novarum de Leão XIII, continuava:

Os povos laboriosos foram sempre os mais castos, e os homens castos formavam sempre operários laboriosos. Depois de seis mil anos de experiência, a grandeza, a formosura, virtude, nobreza, força e firmeza do caráter, progride o homem na proporção do trabalho.

O homem foi condenado ao trabalho, em castigo de sua desobediência, e o Filho de Deus se fez homem e vem trabalhar entre nós, como nós, para nos ensinar a trabalhar, nobre e santamente.

E concluía: “... a glória do nosso Pai Dom Bosco seremos nós seus filhos, se sabiamente e com o mesmo espírito continuarmos a sua sublime missão: Trabalho e oração” (ESCOLAS DOM BOSCO, 1921, p. 97-99).

Os Salesianos chegaram em 10 de julho de 1883 e se puseram à obra, Em janeiro de 1884, as oficinas de tipografia, encadernação, alfaiataria, sapataria e marcenaria iniciaram os trabalhos, com dez alunos, passando para 46 ao término do ano. Apesar de dificuldades e contratemplos, os salesianos procuraram relacionar-se bem com as autoridades civis e religiosas e a obra foi adquirindo prestígio. Assim, já em 1886, conseguia do Governo seis contos de réis em favor do colégio que se obrigava a receber doze meninos pobres. A tipografia desenvolveu-se de tal maneira que em 1890 pode assumir o lançamento das Leituras Católica em português. O ensino profissional parecia ser o ponto alto do

estabelecimento, de modo que na última década do século XIX, já recebia elogios dos grandes jornais do Rio de Janeiro, como *Jornal do Brasil* (9/12/1891), *Jornal do Comércio* (30/09/1896 e 2/12/1897). Em agosto de 1897, recebia o Presidente eleito de Estado do Rio de Janeiro, Dr. Alberto Torres, que visitou toda a escola. O colégio tornou-se popular (Fluminense, 19/10/1898) e o *Jornal do Commercio* (8 de dez de 1900) considerava uma “honra ao município” e “um padrão de glórias para o Estado do Rio. A matrícula cresceu chegando a triplicar entre 1886 a 1898. Em 1900, sua escola tipografia foi premiada com Medalha de Ouro e Prêmio de Honra na Exposição Industrial Fluminense. Um levantamento publicado no *Jornal do Commercio* (8 de dezembro) calculava, até 1900, terem sido educados neste instituto, cerca de 4.000 alunos, a maior parte dos quais “se preparavam para as profissões liberais, outro cursavam ou ocupavam posições no Comercio.

Durante os primeiros vinte e oito anos, ou seja, durante o governo dos dois primeiros Inspetores, foi dada ênfase ao ensino profissional e agrícola, pois se considerava este o campo mais próprios da Congregação Salesiana. Quase todas as casas fundadas, especialmente pelo primeiro Inspetor, Pe. Carlos Peretto, abrangiam os cursos profissionais ou o ensino agrícola (MARCIGAGLIA, 1955, p. 81).

As Escolas Profissionais obtiveram, em 1917, na 1ª Exposição Gráfica, realizada nos salões da Associação Gráfica do Rio de Janeiro, o 1º Prêmio de Encadernação e o 2º de Estereotipia. Em 1919, ganharam as Escolas Profissionais uma medalha de ouro. Eram freqüentes as visitas dos Presidentes do Estado, quando das Exposições Anuais das Escolas Profissionais.

#### **4.4. Liceu Coração de Jesus**

O Liceu Coração de Jesus (1885) desde seus inícios em 1885 foi uma escola profissional modelar, quase que exclusiva até 1915. Daí em diante, tornou-se uma escola polivalente, ou seja, profissional, comercial e profissional, havendo bastante equilíbrio entre os cursos, com predomínio da chamada hoje profissionalizante. Mas os alunos do Curso Comercial não eram desde 1902 chamados “aprendizes”, e sim “estudantes”, porque este tipo de ensino ser considerado quase um ramo do ensino secundário, com o qual se assemelhava pelo seu cunho humanístico, dele diferenciando-se por ser prático.

É de notar que as Conferências de São Vicente de Paulo já se preocupavam com a defasagem existente entre o crescimento das capitais brasileiras e a ignorância profissional da população. Imitando o Conselheiro Leôncio de Carvalho, alguns de seus membros decidiram, em 1882, construir um estabelecimento de ensino profissional, anexo à capela do Sagrado Coração de Jesus, ou seja, um Liceu de Artes, Ofícios e Comércio. Com este objetivo organizaram uma sociedade, para angariar o capital. Quando aos recursos humanos, pensaram nos Salesianos pela sua experiência bem sucedida na Europa e na América do Sul.

Iniciaram logo a capela que foi inaugurada em 24 de junho de 1884. Em 5 de junho de 1885, chegaram os Salesianos chefiados pelo Pe. Lourenço Giordano. Em 1886, iniciaram o internato (29 de junho) e, no mesmo ano, instalaram as oficinas de encadernação, alfaiataria, sapataria e carpintaria. Em 1888, conseguiram as máquinas para montar a tipografia, doadas por um padre, proprietário do jornal católico *Thabor*. O crescimento do Liceu foi rápido e, em 1889, já era um dos maiores de São Paulo, contando com 200 alunos, em sua maioria pobres. O Governo da Província, através de uma loteria,

concorreu para ajudar a pagar as dívidas, Os Cooperadores e benfeitores também ajudavam a nova instituição.

O salão das oficinas de marmoraria, sapataria e alfaiataria media 42 m de comprimento por 10,30 m de largura, com capacidade para 1.200 pessoas, tendo sido usado para uma sessão de teatro. Sua Banda de Música impressionava a população da cidade, por ter seus componentes em sua maioria cursarem o ensino elementar. Em 1902, dos 320 alunos internos, os órfãos eram 240 e sua manutenção pesava sobre a instituição. Nos finais do século XIX, as oficinas do Liceu constituíam um verdadeiro arsenal (BOLETIM SALESIANO, março 1909; maio 1904; jun 1904).

A maioria dos mestres eram externos contratados, uma vez que não havia irmãos salesianos com formação adequada e em número suficiente para atender a todas as oficinas. A estrutura didática estava dividida em duas seções: literária (primária e secundária) e profissional. O ensino comercial, o mais antigo de São Paulo, limitava-se inicialmente a aulas especiais de escrituração mercantil, aritmética comercial, desenho e caligrafia. Em 1902, o curso comercial destacou-se do ensino profissional, formando o Curso Técnico Comercial com duração de três anos e habilitava os alunos à profissão de guarda-livros. O ensino secundário eram limitado aos três primeiros alunos e constituía o grupo dos “latinistas”, alguns dos quais eram aspirantes à vida salesiana.

As profissões oferecidas chegavam a 21. O curso profissional estava repartido em graus ou classes, podendo o aprendiz concluir um grau a cada três meses ou todo o curso em três ou quatro anos. Entre os estabelecimentos de ensino profissional, dirigidos pelos Salesianos no Brasil, nenhum foi mais premiado que o do Liceu Coração de Jesus, até 1910, tendo sido premiado em várias exposições com Medalha de Ouro (3), Diploma de “Grand Prize”, Medalha de Prata (1), Medalha de Bronze (1), Menção de 1º Grau (1), de 2º Grau (1), de 3º Grau (1), Diploma de 1º Grau. Depois de 1910, não mais apareceram premiações.

Na segunda década do século XX, o bairro em que estava o Liceu Coração de Jesus transformou-se rapidamente num bairro da Elite Paulistana, o que forçou a escola fazer grandes construções e adaptar-se ao bairro. Uma parte das suas oficinas (marcenaria, mecânica e marmoraria que fechou logo por falta de alunos) passou para o Instituto Dom Bosco, no bairro vizinho do Bom Retiro, em 1919. o Liceu transformou-se numa imensa escola polivalente de ensino secundário, comercial e profissional. O número de alunos das Escolas Profissionais, após uma queda na matrícula entre 1917 e 1919, continuou elevado ainda, mas a predominância dos dois primeiros altamente significativa e, com isso, o enfoque passou para eles, pelo número elevado de alunos. O ensino comercial tornou-se predominante e, em 1921, seus diplomas foram reconhecidos pelas autoridades governamentais e, em 1923, pelo Governo Central.

É de notar que o ensino comercial, inicialmente, ministrado em apenas uma disciplina dos cursos profissionais, como “Contabilidade”, começou a desenvolver-se depois de 1902, com a criação de uma escola comercial padrão no Rio de Janeiro. Neste ano, o curso comercial foi criado e tornou-se autônomo, separando do currículo profissional e se aproximando do curso secundário. Daí para a frente, começou a crescer, tornando-se o mais numeroso em alunos. Apesar de ser semelhante ao curso secundário, era considerado um curso profissional e sua clientela formada, muito procurada pelas casas de comércio e nos bancos.

Muitos alunos dos cursos profissionais procuravam também diplomar-se no curso comercial, para também escapar do preconceito fortemente vigente contra o trabalho manual considerado próprio de escravos.

O ensino profissional não conseguiu desenvolver-se em duas casas importantes, ou seja, no Liceu de Nossa Senhora Auxiliadora de Campinas, no Colégio São Joaquim e no Sul, no Ginásio N. S. Auxiliadora em Caxias (Rio Grande do Sul). Os dois primeiros estavam situados em regiões onde a cultura do café era predominante e onde o preconceito contra o trabalho manual era forte, devido a lembrança bem recente da escravidão e o último em região predominantemente de criação de gado.

#### **4.5. Colégio São Joaquim**

Apresentava-se desde seus inícios como um colégio para estudos primários e secundários e ensino também de artes e ofícios com o fim de dar aos meninos juntamente com a educação moral e religiosa, uma instrução proporcionada à sua condição e formá-los assim virtuosos cidadãos e bons operários (MARCIGAGLIA, 1955, *passim*),

Na região do município de Lorena, sita no Vale do Paraíba, Estado de São Paulo, o café passava por decadência, quando os Salesianos se instalaram nesta pequena cidade. A criação de gado foi substituindo as lavouras de café e se tornou predominante. O Sul de Minas era de fazendeiros, ou seja, de criadores de gado. Os fazendeiros enfatizavam o ensino acadêmico (Idem, 1953).

O Colégio São Joaquim (1890) foi quase desde o início um ginásio secundário. Os dados sobre o funcionamento de ensino profissional são confusos, o que é indício de que não logrou êxito.. Nele havia também aspirantes, noviços e estudantes de filosofia, até 1897. Em 1897, os noviços e os estudantes de filosofia foram residir numa casa na mesma rua, mas voltaram por razões econômicas para o Ginásio São Joaquim, num edifício separado em 1901 até 1907, quando passou para a “Escola Agrícola Cel. José Vicente”. Nesta escola, o ensino agrícola teve vivência instável e precária.

Dada a seriedade dos estudos secundários, o Ginásio São Joaquim foi equiparado, em 1906, ao Ginásio Nacional, se tornou famoso em todo o Vale do Paraíba, atraindo alunos do Sul do Estado de Minas Gerais, do Estado do Rio de Janeiro, que se limitavam com o Estado de São Paulo. Nesta fase, era um grande internato. Os Aspirantes, que estavam concentrados na vizinha Escola Agrícola Cel José Vicente, sob o nome de “Filhos de Maria”, constituíam a “3ª divisão” e freqüentavam como externos as aulas do Ginásio São Joaquim, podendo usufruir as vantagens de prestar exames válidos num “ginásio equiparado”.

Um acontecimento importante ocorreu em 4 de janeiro de 1908, ou seja, a promulgação da Lei do Serviço Militar Obrigatório, que afetou a vida escolar das escolas superiores dos ginásios. Esta lei facultava aos alunos fazer comodamente sua aprendizagem militar, sem necessidade de interromper os estudos no colégio, naturalmente na idade própria, e recebiam a “Caderneta de Reservista”, no fim do período, ficando isento do serviço militar nos quartéis. O Ginásio São Joaquim foi dos primeiros a introduzir a instrução militar aos seus alunos.

É de notar que, em 1909, foi fechada a casa de Batatais que deveria funcionar com ginásio e uma escola agrícola. Esta última não conseguiu êxito por não interessar às classes dirigentes da região que queriam o ginásio. Também a falta de professores salesianos competentes foi outro fator negativo. Os Maristas tinham aberto dois ginásios secundários, em Uberaba e outro em Franca, locais não muito distantes. Os alunos do Ginásio Salesiano

de Batatais foram-se transferindo para estas escolas maristas, consideradas melhores (ROTA, 1909).

. Nesses anos, desenvolveu-se em todo o país uma campanha nacionalista, chefiado pelo grande poeta Olavo Bilac, que também era filho de militares. Na Europa, processava-se a grande corrida de formação dos grandes exércitos, fato que desembocou na I Grande Guerra Mundial. Como os Salesianos, em sua quase totalidade eram estrangeiros, foi uma medida prudente e necessária, além de atrair as graças do Governo, instituir, na escola, a instrução militar, que atingiu até os aspirantes salesianos.

Com a retirada dos aspirantes para o Ginásio São Manoel, situado em Lavrinhas (1914), ficando a Escola Agrícola exclusivamente para os Noviços, o Ginásio São Joaquim ficou desafogado sobrando vagas e a criação das Bancas Examinadoras que vinham à escola para examinar os alunos, o Ginásio cresceu enormemente ganhando renome em toda a região.

Também a Ginásio gozava de um corpo docente salesiano notável e brilhante, como Pe. João Lorandi (poeta), Paulo Consolini, Pe. Henrique Mourão (depois bispo), Pe, Helvécio Gomes de Oliveira (depois arcebispo), Pe. João Renaudin (professor de Inglês), Pe. Antonio de Almeida Lustosa (depois arcebispo) e Pe. João Ravizza, famoso latinista e autor de uma gramática latina, a melhor em língua portuguesa, até os dias de hoje. Quase todos eram grandes escritores.

Esta casa de formação, certamente, teve influência no desenvolvimento das escolas, já antes de 1922, fornecendo salesianos bem preparados para a assistência, docência, direção das casas e da Inspeção (inspetores). Mas este assunto transcende os limites temporais deste trabalho.

#### **4.6. Escolas Dom Bosco**

As Escolas Dom Bosco (1894), desde os seus inícios, notabilizaram-se pelo ensino agrícola. A Lei de Epiácio Pessoa que reformou o ensino secundário e possibilitou às escolas a equipararem seu ensino ao Ginásio Nacional. Pe. Paulo Albera observou que os alunos não gostavam de trabalhar no campo, pois estavam mais interessados em conseguir o diploma ginasial (ALBERA, 1904). Pouco tempo depois, a direção da escola voltou atrás e suprimiu a ginásio oficializado e a escola dedicou-se exclusivamente ao ensino agrícola. Este ensino muito se desenvolveu e, em 1919, transformou-se em Escola de Agronomia, reconhecido pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo-lhe facultado o direito de conceder aos seus alunos concluintes o diploma de Agrônomos. Com a fundação da Escola de Agronomia de Viçosa, em 1929, hoje a 6<sup>a</sup> melhor universidade federal. A escola não resistiu.

Por alguns anos, acolheu os aspirantes ao sacerdócio da Inspeção.

#### **4.7. Liceu Nossa Senhora Auxiliadora**

O Liceu de Nossa Senhora Auxiliadora, na região da chamada “Paulista” do Estado de São Paulo, foi criado para profissionalizar os órfãos originados da grande peste de febre amarela, que deixou muitos meninos na orfandade. O ensino de artes e ofícios (tipografia, alfaiataria, carpintaria e sapataria), porém, não conseguiu desenvolver-se (ROTA, 1908), devido à distância da cidade, à integração dos estudantes com os aprendizes, provindos de classe profissionalizante mais popular, e, especialmente, ao preconceito contra o trabalho manual. Foi uma escola com poucos alunos.

Surgiu, em 1909, o curso comercial, pela dificuldade de abrir-se ginásio, por falta de pessoal suficiente e pelas oposições que poderiam surgir por parte das autoridades governamentais contra um ginásio particular (NEGRÃO, 1997, p. 72). O ensino comercial não conseguiu atrair alunos em número significativo e suficiente para manter o curso

Três anos depois, foi criada a Associação Agrícola de Educação e Assistência, para fomentar ensino agrícola, inaugurada só em 1.º de março de 1912, com apenas dez alunos. Estava bem equipada e contava com 62 alqueires de terras produtivas. Apesar de todos os esforços, este tipo de ensino não conseguiu destaque significativo, devido ao preconceito mencionado pouco acima.

Só depois de 1915, com a criação do ensino secundário é que o Liceu finalmente cresceu e se tornou um dos mais importantes colégios de ensino secundário da Inspetoria.

#### **4.8. Ginásio São Manoel (Aspirantado, Filosofado e Noviciado)**

Certamente, os Salesianos tomaram consciência do documento o Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Joaquim Arcoverde, que insistia desde as Conferências Episcopais de 1901 e 1904, na necessidade de impulsionar a formação do clero nacional que liderasse as atividades pastorais. Já na reforma do Ensino Secundário de 1901, os Salesianos procuraram reconhecer suas escolas (Ginásio Salesiano de Santa Rosa - Niterói, Ginásio São Joaquim - Lorena, Ginásio São Gonçalo – Cuiabá, e Ginásio do Sagrado Coração - Recife), adequando-se ao Ginásio Nacional (antigo Ginásio Pedro II), então escola-padrão do País, para que o pessoal salesiano tivesse assim seus cursos reconhecidos pelo Governo. Mas em 1911, tudo caiu por terra graças à outra Reforma feita pelo Governo Federal, criando as bancas oficiais para examinar os alunos.

Os aspirantes estavam espalhados pelas casas, o que dificultava uma formação salesiana mais aprimorada. O fechamento da Casa de Batatais assinalava a deficiência de formação acadêmica e docente dos salesianos. Pe. Pedro Rota, assumindo o cargo de inspetor, traumatizado por este acontecimento, quis resolver imediatamente o problema, passando a ser seu principal objetivo. Primeiro tentou reunir as aspirantes em Lorena, para aproveitar o ensino oficializado. Mas não havia lugar para todos. Depois, mandou-os para as Escolas Dom Bosco de Cachoeira do Campo.

Após algumas tentativas malogradas para estabelecer a casa de formação em diversos lugares, como em Jacareí, são José dos Campos, finalmente adquiriu um ambiente na pequena cidade de Lavrinhas, onde foi construído o edifício. A fundação do Ginásio São Manoel encerra o ciclo de peregrinação dos seminaristas por várias casas. Ali reuniu o pessoal melhor da Inspetoria espiritual e intelectual para dedicar-se à formação dos futuros salesianos, inclusive o jovem e santo Pe. Antonio Lustosa, o segundo diretor, depois Arcebispo de Belém e depois de Fortaleza, que imprimiu seriedade aos estudos e à formação dos futuros dirigentes. Muitos deles tornaram-se grandes mestres, diretores competentes, provinciais e até bispos. Mas este assunto ultrapassa os limites temporais determinados para este trabalho.

Esta casa não ficou restrita à formação secundária dos seminaristas, mas foi ocupada também pelos os filósofos, chegando até por algum de tempo a abrigar o noviciado. Negar a influência desta casa na formação dos Salesianos e no desenvolvimento da Inspetoria parece não ser possível.

### **5. O problema dos professores externos.**

Desde os seus inícios no Brasil, os Salesianos necessitaram contratar professores e pessoal externo para trabalhar, porque eram insuficientes numericamente para atender a todos os trabalhos, tanto nas Escolas Profissionais como no ensino.

A Visita Extraordinária, realizada pelo P. Pedro Rota constatou essa presença e a dificuldade de vigiar o cumprimento do Regulamento por eles. Alguns deles tinham com ou pouca preparação e não examinavam bem os livros de leitura. Procurava ele, quanto inspetor, estimular campanha vocacional para suprir a falta de pessoal salesiano e diminuir o grande número de externos.

Em 1921, o Pe. Henrique Mourão, depois bispo, escreveu um pequeno manual para facilitar o conhecimento do sistema preventivo, manual este resultado das reuniões com os professores e a eles, já que estes constituíam a maioria do corpo docente e seu trabalho não podia ser dispensado. Dizia-lhes que a vigilância é inerente ao Sistema Preventivo e que este consistia em prevenir antes de castigar e, pela vigilância carinhosa e constante, conservasse os alunos na impossibilidade de cometer faltas. Apontava, por exemplo, a pontualidade dos professores como “vantagem incalculável para o aproveitamento geral dos alunos e como “condição indispensável de ordem e disciplina”. Ele instituiu “os pontos de diligência”(compreendendo procedimento e aplicação), que consistiam na contagem dos resultados positivos ou negativos (Bom ou mau procedimento, nota suficiente ou insuficiente) conquistados pelo aluno em sala de aula. Para premiar o maior número de pontos merecidos durante o mês, instituíram-se prêmios adequados, como festas, passeios, cinemas e outros. O autor recomendava que, na aplicação de notas, se evitasse o excessivo rigor ou bondade e a indigência sem limites, sendo preferível, em todo caso, o estímulo da indulgência (MOURÃO, 1922, p. 15).

Todos os meses, os alunos eram avaliados segundo os critérios traçados no manual, que já registrava a prática dos professores na vida escolar. Ao que parece, tais critérios de avaliação foram aplicados por muitos anos e serviam para as avaliações mensais e para as avaliações finais quanto a premiação dos alunos. A revista do Liceu Coração de Jesus, mensal, publicava as avaliações o que estimulava os alunos a se aplicarem com seriedade nos estudos e melhorarem seu comportamento.

## **6. Capítulo Inspetorial de 1922**

No final do período traçado para o desenvolvimento deste trabalho, julgo conveniente apresentar algumas resoluções deste Capítulo, que historicamente foi um dos mais importantes da Inspetoria pelo estudo aprofundado dos assuntos. Algumas conclusões até hoje são interessantes e significativas por indicarem a avaliação de algumas práticas vigentes nas escolas e algumas correções de rota.

Ei-las:

9. É dever dos colégios fornecer à Inspetoria os meios necessários para fazer face às despesas anuais”.

27. O critério de notas de religião deve ser tal que não se iludam os pais dos alunos, nem lhes permitam supor que alunos só estudam religião ou que a estudam com prejuízo de outras matérias.

28. Reprova-se o sistema de preleções e dissertações nas aulas de catecismo. O único método aceitável é o de perguntas e respostas, com uma explicação clara e breve feita pelo professor.

30. Faça-se qualquer sacrifício para não confiar a professores externos as aulas de catecismo dos nossos Colégios.

34. Realize-se uma vez por ano em todos os colégios da inspetoria um certame catequístico solene com prêmios de valor.

38. Poderá haver nos nossos colégios até duas sessões de cinematográficas por mês no máximo.
39. Excluem-se os filmes que não podem resistir às exigências do sistema de D. Bosco, isto sem dar ouvidos a protestos.
49. No princípio de cada ano escolar enviarão (para o arquivo inspetoria): a lista dos livros adotados em cada aula; cópia dos horários geral e das aulas; os programas de ensino dos diversos cursos do Colégio (impressos ou pelo menos um resumo manuscrito).
50. Oportunamente enviarão cópias de todas as publicações feitas no colégio, como sejam: anuários, circulares, revistas, folhetos, convites para festas, livros publicados pelo colégio, etc.
51. Evitem-se os castigos prolongados (Cfr. Regulamentos, art. 486 e 286).
62. A ginástica, dentro dos limites fixados na circular de D. Albera ..., sobre as vocações, faça parte do programa de todos os colégios da Inspetoria e os seus exercícios sejam feitos por todos os alunos, sob a direção de um instrutor idôneo, que siga uma escola racional, graduada e adaptada às diversas idades.
63. Continuem a cultivar-se os esportes modernos, compatíveis com o nosso sistema educativo, exclusivamente como meio de educação física e recreio e sem prejuízo dos estudos.
64. Os uniformes de ginástica e de esporte obedeçam aos mais rigorosos preceitos de decência cristã; e antes, durante e após a ginástica ou o jogo, se exerça a mais severa vigilância, principalmente na ocasião de se vestirem e tirarem esses mesmos uniformes.
66. Observem-se à risca as recomendações contidas na circular de D. Albera sobre o militarismo nos nossos colégios, eliminando gradualmente os fuzis, as espadas, platinas, divisas, quepes etc. e adotando um UNIFORME COLEGIAL, mais de acordo com o espírito recomendado na circular, previa combinação dos Diretores com o Revmo Pe. Inspetor.
68. De conformidade com o espírito de nossos regulamentos, o diretor, ou um seu delegado, reúna quinzenalmente todos os professores externos, fazendo-lhes uma conferência sobre o modo prático de efetivar o sistema preventivo salesiano (Art. 484 do Reg.).
69. Adotem-se impressas em opúsculo as diretivas mais importantes e mais práticas para aplicação do sistema pedagógico; entregue-se um de tais opúsculos a cada professor e façam-se sobre ele as devidas ampliações e comentários nas ditas reuniões, dando aos professores liberdade de fazer sobre o assunto as suas observações.
70. Presidente nato dessas reuniões é o diretor do instituto ou quem ele delegar, e secretário um dos professores externos, que lavrará as respectivas atas.<sup>9</sup>
74. Adote-se como programa único das nossas Escolas Profissionais o de Turim.
75. Atenda-se com particular cuidado ao caráter de escola de aprendizagem técnica dos nossos alunos, havendo exames semestrais e finais, sendo estes últimos acompanhados de uma exposição de trabalhos.
78. Tenha-se pelos alunos e ex-alunos aprendizes a mesma consideração que pelos estudantes.
77. Envidem-se esforços para oficializar os diplomas das nossas Escolas Profissionais
80. Torne-se obrigatório o estudo do latim no curso ginasial e comece desde o primeiro ano.
102. Fazem-se votos para que nos nossos colégios todos os sacerdotes, nenhum excetuado, sejam convidados a dar aula. Isto contribuiria para tornar mais salesiano o ambiente escolar de nossas casas, para mais aproximar os sacerdotes dos alunos, com inúmeras vantagens.
103. Livros escolares: Houve excelente proposta no sentido de regular e uniformizar a publicação e adoção de nossa coleção didática (P.S.S.) evitando duplicatas, respeitando e conservando precedências e conservando-lhe o caráter impessoal.
105. Teatro Colegial: Fazem-se votos para que sejam frequentes em nossas casas as declamações e representações teatrais com a cooperação direta dos nossos alunos, repondo na devida honra as representações dramáticas e cômicas, que constituem excelente exercício didático.
106. Evitem-se, porém, os dramalhões, as representações de tipos baixos e o fraseado grosseiro.
107. Dê-se toda importância às projeções fixas com conferência análoga, ou, pelo menos, com breves explicações.

Tais determinações ou prescrições, além de revelarem algumas deficiências da prática pedagógica nas escolas, mostram o empenho na aplicação do sistema preventivo e

<sup>9</sup> Frutos dessas reuniões é o livrinho acima citado composto pelo Pe. Henrique Mourão.

no uso de metodologia mais avançada como a utilização de projeções físicas, o *Power-Point* da época, no ensino-aprendizagem. Essas normas orientarão a pedagogia salesiana nas décadas seguintes (INSPETORIA BRASILEIRA, 1922).

## 7. Resultados

A “fase de ouro” das Escolas Profissionais Salesianas durou até aproximadamente 1917. Chamo “fase de ouro”, porque foram premiadas em várias exposições nacionais e internacionais, distinguindo-se, de maneira especial, as do Liceu Coração de Jesus, de São Paulo, do Colégio Salesiano de Santa Rosa, premiadas com várias Medalhas de Ouro e Prata, além de Menções Honrosas <sup>10</sup>. Até o encerramento desta fase (1983 a 1922) era inegável a aceitação das Escolas Profissionais. Elas foram o modelo para as demais escolas profissionais do Brasil.

A seção de marmoraria é responsável pela confecção dos altares do Santuário Coração de Jesus, uma verdadeira jóia de arte sacra. A grande estátua do Coração de Jesus, que encima a torre, foi toda ela confeccionada nas oficinas de ferraria da escola, sem contar outras obras espalhadas na capital paulista, o que mostra a competência de suas escolas profissionais. Além disso, as Escolas Profissionais formaram uma grande legião de profissionais, como os formados em seus cursos comerciais, que ocuparam os mais diversos cargos na sociedade distinguindo-se pela honestidade e competência.

A instituição do ensino secundário foi responsável pela criação e funcionamento de grêmios literários, entre os alunos e de revistas estudantis. Destacaram-se as revistas “O Grêmio” do Grêmio Literário Joaquim Nabuco, do Colégio São Joaquim, os Anuários do Colégio Salesiano Santa Rosa, do Colégio São Joaquim, do Liceu Nossa Senhora Auxiliadora e do Liceu Coração de Jesus, que possui uma revista mensal dos alunos, chamada “O Liceu” e a mais importante de todas “Revista Santa Cruz”, mensal, que trazia assuntos de pedagogia, literatura, geografia, religião e noticiário (CORREIO PAULISTANO, 12/05/1911).

A Livraria Editora Salesiana (LES) foi responsável por numerosas publicações, inclusive didáticas, como o famoso “Florilégio Nacional”, do salesiano Pe. Antonio Lages de Magalhães, ainda vivo, com 97 anos de idade, que teve mais de 20 edições e foi adotadas em inúmeras escolas.

Uma seção que cresceu e se tornou importante e influente foi a Associação dos Ex-Alunos, em 1911, o que demonstra o valor efetivo da educação salesiana já nos primeiros vinte e cinco anos de trabalho no Brasil. seria longo enumerar os ex-alunos formados em nossas escolas nessa época que se distinguiram na sociedade não somente como bons cristãos, mas como eclesiásticos, professores, políticos, cientistas, literatos, médicos, esportistas, empresários etc., ocupando postos de destaque e influenciando positivamente na sociedade.

Nos anos seguintes à celebração das Bodas de Prata dos Salesianos no Brasil, o crescimento numérico dos alunos nas escolas salesianos foi um sinal altamente significativo do valor e da qualidade do trabalho dos Salesianos, que encheu os olhos da população como

---

<sup>10</sup>. Exposições em que participou com sucesso: Exposição Artístico Industrial Fluminense Comemorativa do 4º Centenário do Descobrimento do Brasil, em 1901; Exposição Universal de São Luís, em 1904; Esposizione Internazionale nel Palazzo Lateranense, em 1904-1905; Exposição Nacional de 1908, no Rio de Janeiro. III Exposição Salesiana de Escolas Profissionais, realizada em Turim, 1910.

o prestígio de serem grandes educadores. As escolas ficaram repletas de alunos forçando até a aumentar a área dos edifícios escolares, que se tornaram imponentes e suntuosos. .

A abertura da Casa, o Ginásio São Manoel (1914), em Lavrinhas, certamente influenciou nesse crescimento quantitativo e qualificativo. O trauma do fechamento da Casa de Batatais certamente foi um aviso providencial para um cuidado mais carinhoso e competente dos Salesianos, os agentes principais de todas as obras. Os resultados foram significativamente abundantes.

### Referências bibliográficas

- ALBERA, Paulo Relazione della visita straordinaria fatta al Brasile, 1904., Roma, ASC B 051.
- ANUÁRIO CERIS, de 1989.
- BARBOSA, Manoel. *A Igreja no Brasil; notas para sua história*. Rio de Janeiro: A Noite, 1945
- BELZA, Juan Edmund . *Lasagna el obispo misionero; introducción a la historia del Uruguay, del Brasil e del Paraguay*. Buenos Aires. 1970.
- BOLETIM SALESIANO, Turim, 3 (3): 79-80. mar. 1909; 5 (3): 138-140, maio 1904; 6 (3): 166-167, jun. 1904; *Santa Cruz*, São Paulo, 11 (2): ago 1902, capa; *Santa Cruz*, 11 (2): ago 1902, capa; *Santa Cruz*, 6 (2): mar. 1902, capa.
- CALMON, Pedro. *História da Civilização Brasileira*. 6<sup>o</sup> ed., aum. S. Paulo: Nacional, 1958. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, série V, 14)
- CARONE, Edgar. *A Velha República; instituições e classes sociais*., 2<sup>a</sup> ed., revis. e aum. S. Paulo: DIFEL, 1974.
- Cartas de Pe. Pedro Rota ao Pe. Calógero Gusmano, secretario do Conselho Superior da Congregação Salesiana, de 18/06/1917 e 25/08/1917, ASS 3122-8.
- CARVALHO, Jether Pereira de, *Colégios protestantes no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC/JR, 1975. Dissertação de mestrado.
- CERIA, Eugenio. *Anali della Società Salesiana dalle origini allá morte di S. Giovanni Bosco: 1841-1888*, Torino, SEI, 1941.
- CERIA, Eugenio Memorie Biografiche Del Beato Giovanni Bosco: 1881-1882 V. 15. Torino, SEI, 1934,
- CORREIO PAULISTANO (12/05/1911), de São Paulo
- COSTA, Antonio Macedo. *A liberdade de cultos - Representação à Assembléia Geral Legislativa pelo Bispo do Pará – 1888*. S..n e.
- DE ROSA, Gabriele, *Ricerche di Storia Sociale e Religiosa*, nuova serie, 24 (1983) 115-132.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *Imigração, urbanização, industrialização*. Rio de Janeiro: BPE/INEP/MEC, 1964. (Série VI, 5)
- DEAN., Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. Trad. de Octavio Mendes Cajano. S. Paulo: DIFEL, s..d. (Corpo de Alma do Brasil, 33).
- Direcção intellectual dada às Escolas Profissionais de D. Bosco: *Boletim Salesiano*, Turim, 11 (3): 299-300, nov. 1904.
- EGAS, Eugenio. *Galeria dos Presidentes de S. Paulo, período republicano (1889-1920)*. Publicação Oficial do Estado de S. Paulo, comemorativa do 1<sup>o</sup> Centenario da Independencia do Brasil, v. 2., S. Paulo: Secção de Obras d' Estado de S. Paulo, 1927.
- ESCOLAS DOM BOSCO, *Memórias dos cinco lustros das Escolas Dom Bosco (1895-1920) – Cachoeira do Campo*. Niterói, Escolas Profissionais Salesianas, 1921, p. 97-99.
- FERREIRA, Antonio da Silva.. *Uruguay e Brasile visti dalle lettere di Teodoro Massano (1881-1888)*, *Ricerche Storiche Salesiane*, a. 2 (3) : 321-323, Luglio-Dicembre 1983.
- FERREIRA, Antonio da Silva *Patagonia; realtà e mito nell'azione missionaria salesiana*. Roma, LAS, 1995. (Piccola Biblioteca dell'Istituto Storico Salesiano, 16).
- FONSECA, Celso Suckov da. *Historia do ensino industrial*. 2. vols. Rio de Janeiro: s. ed., 1969

- Haidar, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império Brasileiro*. S. Paulo, Grijaldo, Editora da Universidade de S. Paulo, 1972.
- INSPETORIA BRASILEIRA DE N. S. AUXILIADORA. *Capítulo Inspetorial de 1922, realizado em Lorena, nos dias 17, 18 e 19 de Janeiro*. S. Paulo: Escolas Typographicas do “Liceu Coração de Jesus”, 1922
- ISAÚ, Manoel. *Brasile: le scuole professionali salesiani nel loro primi trent'anni*, RSS, 22,1 (1993) 165-189; *L'insegnamento commerciale nel “Liceu Coração de Jesus” da; 1885 al 1930*, III Convegno Internazionale di Storia dell'opera salesiana, Roma, 31 novembre 2000
- ISAÚ, Manoel, *Liceu Coração de Jesus; cem anos de atividades de uma escola numa cidade dinâmica e em contínua transformação*. S. Paulo: Editora Dom Bosco, 1985, ----- .*O ensino profissional nos estabelecimentos de ensino dos salesianos*, PUC/RJ, 1976. Dissertação de mestrado.
- LACERDA, Dom Pedro. Carta do Exmo. E Revm. Sr. Bispo do Rio de Janeiro em favor de um estabelecimento de Artes, Ofícios e Letras. Colégio Salesiano Santa Rosa, *Páginas-Archivo do Colégio Salesiano de Niterói, 1916, Niterói, Escolas Profissionais Salesianas, 1916*
- LASAGNA, Luigi. *Epistolário: introduzione, note e texto critico* a cura de Antonio da Silva Ferreira da Silva. Roma: LAS, 1997. (Istituto Storico Salesiano, Fonti, serie II, 6).
- LASAGNA, Luigi. Carta a DOM BOSCO, de 24 de novembro de 1882, COLEGIO SALESIANO SANTA ROSA, *Projeções Epistolares; Preciosas recordações dos 25 anos de fecunda existência do Collegio Salesiano “Santa Rosa” em Nictheroy por ocasião de seus festejos jubilares em 14 de julho de 1908*.
- LEME, Sebastião. *Carta Pastoral*. Petrópolis, Vozes, 1916.
- LIMA, Heitor Ferreira. *História político-econômica do Brasil*. 2ª ed., atualiz. S. Paulo: Nacional, 1970. (Brasiliana, 374)
- LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1897-1937)*. Trad. de Vera Alice Cardoso da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
- LUSTOSA Oscar de Figueiredo. *Separação da Igreja e do Estado no Brasil (1890; uma passagem para a libertação*. *Revista Eclesiástica Brasileira*, 139 (35): 629, set. 1975
- MACHADO, Antonio Leme, *Apontamentos de História da Igreja no Brasil*. S. Paulo: Seminário Central da Imaculada Conceição do Ipiranga, 1853. Mimeografado
- MAGALHÃES, Antonio Lages *Colégio São Joaquim: Cem anos educando; histórico, documentário fotográfico, salesianos e alunos antigos*, Lorena, São Paulo, 1999.
- MARCIGAGLIA, Luiz. *Os salesianos no Brasil: ensaio de crônica dos primeiros vinte anos da Obra de Dom Bosco no Brasil (1883-1903)*, São Paulo, 1955.
- MARCIGAGLIA, Luiz. *Salesianos no Brasil: ensaio de crônicas dos primeiros vinte anos da obra salesiana no Brasil (1904-1923)*, 2º vol. S. Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1958.
- MOACYR, Primitivo *A instrução e as Províncias: subsídios para a história da educação no Brasil*, v. 1: *Das Amazonas às Alagoas ( 1834-188)*, p. 659; v.2 : *Bahia, Rio de Janeiro São Paulo., Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo*, São Paulo: Nacional, 1939.
- MOACYR, Primitivo, *A instrução e a República* , 2º vol.1, *Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1941*
- MOACYR, Primitivo. *A instrução e a República* , V. 4º, Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1942.
- MOURÃO, Henrique. *Prospecto do Lyceu Salesiano “Sagrado Coração de Jesus: Appendice A do Anuario do mesmo estabelecimento de 1917*. S. Paulo: Escolas Tipográficas do Liceu Coração de Jesus, 1917.
- MOURÃO, Henrique. *Breve resenha das principais resoluções, avisos, e conselhos pedagógicos extrahidos das actas das reuniões do Corpo Docente Externo do Liceu Salesiano “Sagrado Coração de Jesus, de S. Paulo, nos anos de 1916 a 1921, para uso dos professores*, S. Paulo, Escolas Profissionais do “Liceu “Coração de Jesus, 1922.
- NAGLE , Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. S. Paulo: EPU/USP, 1974.

- NEGRÃO, Ana Maria *Arcadas do Tempo: o Liceu tece 100 anos de história*, Campinas, DBA, 1997.
- NUNES Maria Thetis. *Ensino secundário e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB / MEC, 1962. (Textos Brasileiros de Pedagogia, 2).
- OLIVEIRA, Luiz de Centenário da presença salesiana no Norte e Nordeste do Brasil, dos primórdios até 1932, Recife: Escola Dom Bosco de Artes e Ofícios, 1994.
- PEIXOTO, Afrânio. A educação nacional e a sua organização, in: *O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a educação*, v. 1. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1941.
- PASTORAL COLLECTIVA dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Ecclesiasticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro e Marianna comunicando ao Clero e aos Fieis o resultado das Conferencias dos mesmos no Seminário Archiepiscopal de Marianna, de 2 a 12 de agosto de 1907. Rio de Janeiro: 1907. Tipografia Leuzinguer,
- PASTORAL COLLECTIVA dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Ecclesiasticas do S. Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, S. Paulo, Cuyabá e Porto Alegre comunicando ao Clero e aos Fieis o resultado das Conferencias dos mesmos realizadas na cidade de S. Paulo, de 25 de Setembro a 10 de Outubro de 1909. Tipografia Leuzinguer, 1911.
- PASTORAL COLLECTIVA dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Ecclesiasticas de S. Sebastião do Rio de Janeiro, Marianna, S. Paulo, Cuyabá e Porto Alegre comunicando ao Clero e aos Fieis o resultado das Conferencias.
- ROGRIGUES Honório. Prefácio a Rioldo AZZI, *Os Salesianos no Brasil; os primórdios da obra salesiana (1875-1884)*, v. 1.
- ROTTA, Pietro Relazione della Visita straordinaria fatta nell'anno 1908 (dal 19 giugno al 15 settembre) all'Inspettoria Maria Ausiliatrice (Brasile Sud), Roma, ASC.
- ROTA Pedro. Carta de 24 de setembro de 1909, aos Membros do Conselho Superior da Congregação Salesiana. Roma, ASC
- RUPERT, Arlindo. Os Bispos do Brasil no Concílio Vaticano II, *Revista Eclesiástica Brasileira*, 29 (1): p. 103-120, março 1969.
- SANTO ROSÁRIO, Maria Regina do, (Laurita Pessoa Raja Rabaglia). *O Cardeal Leme (1882-1942)*. Rio de Janeiro: José Olympio / 1969. (Coleção Documentos Brasileiros).
- SILVA, Carlos Leôncio da, *Conferenze di D. Filippo Rinaldi*. Manuscritos.
- SINGER, Paul Israel. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. S. Paulo, Nacional, 1974. (Biblioteca Universitária, série II, 22).
- SURACI, Antonio. *Il lavoro nel pensiero e nella prassi educativa di Don Bosco*, Asti, I.A.A.G. – Colle D. Bosco, 1953.
- TRINDADE, Raymundo. Archidiocese de Marianna: *Notas para a sua historia*. S. Paulo: Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1928.

·  
·